

Sugestões para alcançar a paz

» KELLY ALMEIDA
» MANOELA ALCÂNTARA
» SAULO ARAÚJO

Muito mais do que o fim da operação tataruga, consultores em segurança pública e representantes de conselhos comunitários acreditam que a violência no DF só vai apresentar redução se somada a outras mudanças. Na cidade em que se registraram 75 mortes violentas nos primeiros 30 dias do ano e pelo menos 13 assassinatos no último fim de semana, faltam políticas públicas, atuação do Estado e transparência com a população, segundo especialistas ouvidos pelo **Correio**.

Para o professor e pesquisador em segurança pública da Universidade Católica de Brasília Nelson Gonçalves de Souza, a escalada de violência não acontece de uma hora para a outra. Ele analisa que o atraso dos policiais militares no atendimento das ocorrências produz certo impacto no aumento da criminalidade, mas não é determinante. “É uma consequência de fatores que se acumulam e acabam culminando na situação em que vivemos. Não é de hoje. Tem quase 15 anos.”

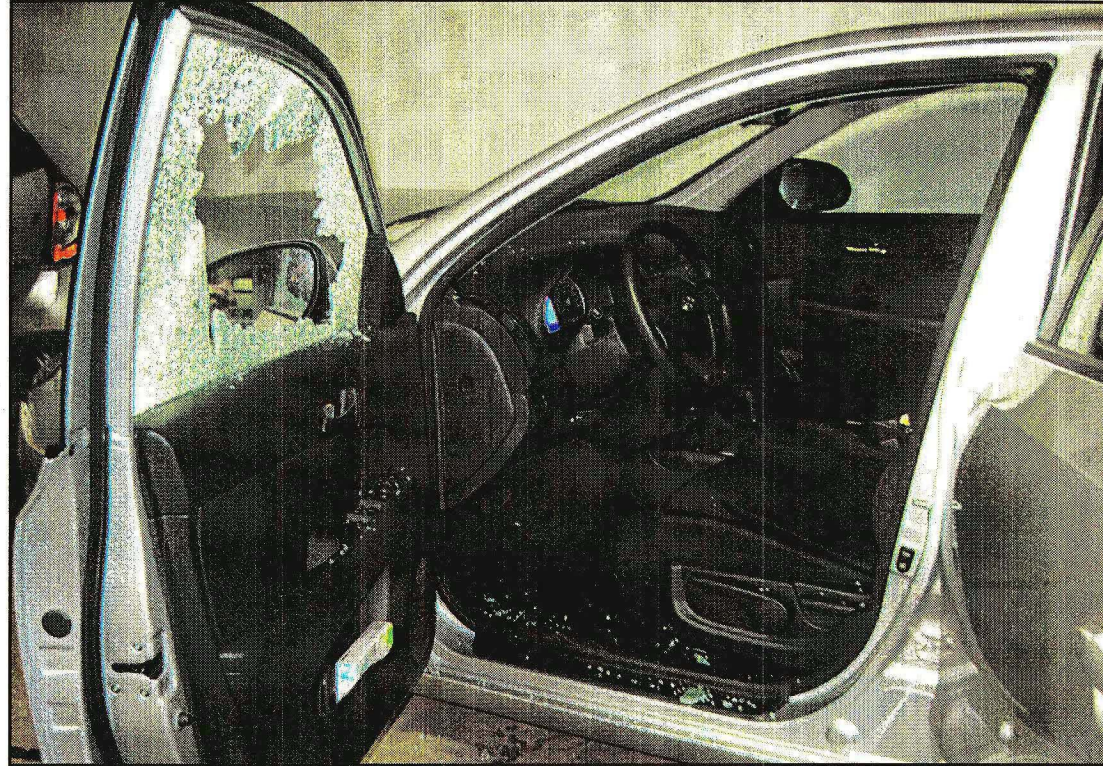
Mas ele acredita que, agora, a sociedade chegou a um nível de estresse tão grande que não aguenta a ausência do governo e

de políticas públicas efetivas contra o crime. Para resolver o problema da criminalidade, Gonçalves cita ações de curto, médio e longo prazos: “O maior rigor nas ações de segurança pública, a maior presença policial, o aumento no número de investigações e punições concretas poderiam começar de imediato”.

Gonçalves acredita que, se a Justiça Criminal começar a dar celeridade ao processo penal e a punição se der como algo certo, os bandidos começarão a ter medo de praticar os delitos. “Hoje, está valendo a pena ser bandido. Não acontece nada”, critica. Uma atualização da mentalidade dos juristas também é algo que deve ser modificado e trazer resultados a longo prazo. “Tivemos uma situação em que 52 trouxinhas de **maconha** dentro de uma unidade prisional não foi configurado tráfico. Qual é o referencial das autoridades? Se essa atitude não merece pena, o que pode acontecer do lado de fora?”, questiona.

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Verônica Gomes da Silva, tem a sensação de que a violência piorou nos últimos anos. Para ela, as soluções seriam a maior atuação do Estado e a transparência nas informações à sociedade. Ela sente falta da presença policial. “Onde tem Estado, não tem bandido. Queremos ver

Mara Puljiz/CB/D.A. Press



Em 3 de janeiro, o militar da Aeronáutica João Carlos de Souza, 66 anos, foi assassinado na 112 Sul: medo

polícia nas ruas, as sirenes vermelhas rodando. A gente não percebe mais a polícia como antes”, reclama. Ela mora a poucas quadras onde o brigadeiro da Aeronáutica João Carlos Franco de Souza, 66 anos, foi morto em 3 de janeiro em uma tentativa de assalto ao chegar ao prédio onde morava, na 112 Sul.

Além desse caso, outras duas

mortes marcaram o início do ano na capital federal. Em 29 de janeiro, o administrador de empresas Leonardo Monteiro, de 29 anos, foi assassinado com um tiro no pescoço quando chegava em casa, em Águas Claras. No domingo, o menino Pedro Henrique Pereira, 5 anos, levou duas balas na cabeça após um tiroteio na frente de casa, na Estrutural. Ele morreu ontem.

Prevenção

Na Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência (Pró-Vítima), o trabalho dos profissionais é voltado principalmente à prevenção. A coordenadora de Atendimento Externo, Eliane Moreira, explica que, depois de sofrer o crime, a recuperação é mais complicada. “Sentimos que houve um

aumento da violência, pois acompanhamos as ocorrências diariamente. E nós lutamos para diminuir a necessidade de atendimento. Estaríamos realizados se a prevenção tivesse sucesso”, afirma.

Para o presidente do Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive), Chico Regis, a paralisação da Polícia Militar e a escalada da violência em decorrência da inatividade do policiamento ostensivo expõem um problema complexo, que evidencia a necessidade de mudanças em diferentes áreas do governo. “Sem militares na rua, foi aberto mais um espaço para os criminosos. Eles já são conscientes da impunidade e da falta de investigação consistente da polícia. É um absurdo que uma categoria jogue com a dor de famílias como os militares estão fazendo no DF”, disse.

Segundo Regis, mais do que a volta dos PMs às ruas, é necessário o investimento em políticas públicas e em questões como o desarmamento, além de uma polícia eficaz e de uma Justiça atuante. “Quando pensamos nas famílias que já foram vítimas, a impunidade é, hoje, a questão que mais incomoda. Mas quando levamos em consideração formas de evitar novos casos, são necessários investimentos em prevenção, em educação para a juventude, em trabalho e contra desigualdade social”, defendeu.